

# Educação Quilombola: novos contextos

MARIA CLARETH GONÇALVES REIS

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar experiências vividas por meio de pesquisas realizadas em Comunidades Remanescentes de Quilombos no período de 2001 a 2008, em destaque nos Estados de MG e PR. Neste contexto, apresenta a educação quilombola antes e depois da implementação de políticas voltadas a inserção da questão étnico-racial, especialmente nas instituições educacionais. Aborda a relação da educação escolar articulada às diversas maneiras de viver das populações quilombolas. Traz o conceito de quilombo, do clássico ao contemporâneo. Apresenta também alguns dados da conjuntura política referentes às conquistas do movimento negro que tem repercutido na Educação Escolar Quilombola.

**Palavras Chaves:** Quilombo, Movimento Negro, Educação Quilombola.

## ABSTRACT

This article purports to present experiences lived through researches made on Quilombola communities from 2001 to 2008, mostly in the states of Minas Gerais and Paraná. It presents Quilombola education before and after the implementation of ethnic-racial policies, especially at educational institutions. It deals with the relation of school education articulated with the diverse lifestyles of the Quilombola population. It brings up the classic and contemporary concept of Quilombo. It also presents data on the political achievements of black movements and their repercussion on Quilombola school education.

**Keywords:** Quilombo, Black Movements, Quilombola Education

## QUILOMBOS NO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção (LEITE, 2012, p. 1).

Este artigo é fruto de algumas experiências vividas por meio de pesquisas realizadas em Comunidades Remanescentes de Quilombos no período de 2001 a 2008, em destaque nos Estados de Minas Gerais e Paraná. O objetivo é abordar a relação da educação escolar

em comunidades quilombolas articulada às diversas maneiras de viver destas populações, dentre elas: formas de resistências, da preservação da memória, das tradições culturais, da defesa e manutenção de suas terras. Ou seja, será que estas questões estão presentes no cotidiano da prática escolar quilombola? A escola aborda a temática étnico-racial em suas atividades? Se aborda, de que maneira isso é feito?

Todavia, antes de relatar as experiências, considero importante delimitar conceitualmente para o caso deste texto, alguns termos que serão abordados, dentre eles quilombos e comunidades remanescentes de quilombos.

Quilombo é uma palavra que já existe há algum tempo no nosso vocabulário. Entretanto, os livros didáticos de história fazem poucas referências ao significado deste termo. Quando fazem, restringem-no ao Quilombo dos Palmares e de forma superficial. Muitas vezes não aponta a formação de quilombos como forma de resistência da população negra às opressões historicamente sofridas.

Na concepção do antropólogo Kabengele Munanga (1996), “quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (*kilombo*, aportuguesado: quilombo)” (p. 58). Para este autor, a sua existência no Brasil está relacionada com alguns ramos do povo bantu, capturados como escravos em vários pontos do continente africano e trazidos para o Brasil.

Como forma de resistência ao escravismo, os primeiros quilombos surgiram no início do período colonial, época em que os povos africanos e seus descendentes foram usados como mão-de-obra escravizada nas lavouras de cana-de-açúcar, na extração de borracha e de ouro, na produção de algodão, de fumo, dentre outras. Neste contexto, a formação de quilombos foi uma forma de resistência e luta contra a ordem escravocrata estabelecida, sendo essas revoltas muito bem organizadas, ainda que nem sempre com resultados favoráveis. Contudo, a formação de quilombos foi uma das maneiras mais viáveis para negros e negras conseguirem a sua liberdade, por isso teve tanta repercussão.

É importante destacarmos que não há um consenso em relação ao conceito de quilombo. Entretanto,

não podemos deixar de ver o quilombo como um elemento dinâmico de resgate das relações escravistas. Não foi uma manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente” (MOURA, 2000, p. 11).

Acrescenta, ainda, a antropóloga Ilka Boaventura Leite que a discussão que envolve o termo quilombo torna-se uma questão importante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial. Discussões acerca do significado de quilombo surgem novamente no Brasil/República com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos de 1970, período de redemocratização da sociedade brasileira. Dessa forma, a idéia de quilombo continua presente na sociedade brasileira, ainda que abrangendo novos contextos.

Essa recontextualização do termo surge somente após cem anos da “Abolição” da Escravidão. Ou seja, a partir da Constituição Brasileira de 1988 é que surgem os artigos 215 e 216 que tratam de “questões relativas à preservação dos valores culturais da população negra, elevando a terra dos remanescentes de quilombos à condição de Território Cultural Nacional” (SANTOS, 2000, p. 7).

E, nesse contexto, o termo “quilombo” ganha outro significado ao ser inscrito no Artigo 68 do “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” (ADCT), que confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras: Como consta no Art. 68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

O Decreto nº 4887, promulgado em 20 de novembro de 2003, foi criado para regulamentar o processo referente à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ADCT. Assim, o Decreto nº 4887/03 estabelece no Art. 2º um novo conceito ao termo quilombo, ou seja:

Art. 2º - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

De acordo com O’Dwyer (1995), a discussão sobre os novos significados de quilombo teve o seu início em outubro de 1994 em reunião realizada pelo Grupo de Trabalho da Associação Brasileira de Antropologia. Foi quando se elaborou um documento contendo posições sobre os diversos significados de quilombo. Este documento era destinado ao Seminário das Comunidades Remanescentes de Quilombos, promovido pela Fundação Cultural Palmares, pois estava em pauta a aplicação do artigo 68 do ADCT da Constituição Federal.

Conforme o documento, o termo quilombo adquiriu novos significados na literatura e também para os grupos, indivíduos, associações, além de organizações. O termo quilombo também possui outras denominações, dentre elas “remanescentes de antigos quilombos, mocambos, comunidades negras rurais, quilombos contemporâneos, comunidade quilombola ou terra de pretos” (ANJOS, 1999, p. 10). Para o autor, estas denominações referem-se a um mesmo patrimônio territorial.

São várias também as estratégias de sua formação, ou seja, essas comunidades se constituíram através de diferentes formas de ocupação da terra por grupos de escravizados ou ex-escravizados, “não necessariamente as do ‘modelo’ de quilombo materializado pela experiência de Palmares, escravos que, através da fuga, criaram comunidades isoladas geograficamente” (MESQUITA, 2000, p. 59). A formação contemporânea dessas

comunidades advém de doações, alforrias, heranças, compras de terras por escravos alforriados, dentre outras situações.

Atualmente, o número estimado de comunidades remanescentes de quilombos no Brasil está em torno de 3.754, conforme informações da Fundação Cultural Palmares. Nesse percentual, até a publicação do Relatório das Terras Quilombolas, em 2012, foram emitidos 121 títulos, beneficiando 109 territórios quilombolas (INCRA, 2012), assim distribuídos:

ESTADO	TÍTULOS
PARÁ	56
MARANHÃO	23
RIO GRANDE DO SUL	08
SÃO PAULO	07
PIAUÍ	05
BAHIA	06
MATO GROSSO DO SUL	04
MATO GROSSO	01
RIO DE JANEIRO	02
AMAPÁ	03
PERNAMBUCO	02
GOIÁS	01
SERGIPE	01
MINAS GERAIS	01
RONDÔNIA	01
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>

Fonte: INCRA, Territórios Quilombolas – Relatório 2012.

Para a obtenção dos títulos de suas terras, as comunidades deverão, inicialmente, autodefinirem-se como remanescentes de quilombos. A emissão da certidão de autodefinição cabe à Fundação Cultural Palmares. Conforme dados deste órgão, entre 2004 e agosto de 2012 o Brasil conta com 1.826 comunidades certificadas.

Embora a legislação brasileira evidencie os direitos das comunidades remanescentes de quilombos, as ações concretas ainda são ínfimas, conforme os dados apresentados acima. Por força do preconceito racial e social, os milhares de quilombolas têm vivenciado ao longo dos séculos todo tipo de conflito na sociedade brasileira. O surgimento da legislação criada para fazer valer os seus direitos avigorou o sofrimento dessa população, tornando as perseguições sofridas cada vez mais acirradas. A luta que estas populações têm travado pela conquista dos seus direitos incomoda os setores mais conservadores da sociedade brasileira. Em contrapartida, os quilombolas têm alcançado certo grau de solidariedade e unificação ao organizar-se nacionalmente pela defesa de suas tradições e terras, exigindo o cumprimento do direito histórico assegurado pela Constituição brasileira.

Exemplo de desrespeito aos direitos adquiridos pelos quilombolas foi a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 3239, proposta pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente denominado Democratas (DEM), reivindicando que o Decreto 4887/03 que regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, demarcação e

titulação de terras ocupadas pelos quilombolas fosse considerado inconstitucional. Em abril de 2012 iniciou-se o julgamento da Ação, sob a relatoria do ex-ministro Cezar Peluso que votou pela inconstitucionalidade do Decreto. Entretanto, o término do julgamento foi adiado devido ao pedido de vista da ministra Rosa Weber, não havendo previsão para o seu retorno.<sup>1</sup>

Assim, em defesa dos seus interesses econômicos, grandes proprietários do agronegócio, grandes empresas nacionais e transnacionais invadem as terras quilombolas. Muitas vezes desrespeitando os direitos humanos mais elementares. São capazes ainda de ações cada vez mais inconsequentes, desrespeitando vidas, tradições, memórias e culturas acumuladas historicamente.

Antes de finalizar este texto, deparei-me com a seguinte manchete no jornal da Agência Brasil: “Justiça determina saída de quilombolas, apesar de negociação em curso com governo” (AGÊNCIA BRASIL, 10/08/12). Segundo a repórter Luciana Lima, a Justiça Federal determinou, no prazo de 15 dias, a saída dos moradores do Quilombo Rio dos Macacos de suas terras, apesar de ainda estar em negociação com o governo. A comunidade que já foi reconhecida por meio de laudo antropológico como remanescente de quilombo, fica próximo à Base Naval de Aratu, no município de Simões Filho, região metropolitana de Salvador. A área é reivindicada na Justiça pelas famílias de quilombolas e pela Marinha do Brasil, que instalou uma vila militar no terreno.

Notícias como estas nos trazem indignação. Mostram nitidamente as contradições de um Estado que, por um lado cria órgãos governamentais com a função de cumprir a legislação brasileira e, por outro age como se desconhecesse as próprias leis que fazem dele um Estado de Direito.

Diante do exposto, surgem algumas indagações, dentre elas: como a educação nas comunidades remanescentes de quilombos pode interferir na preservação da memória e das tradições culturais deste espaço social? Será que a educação escolar quilombola articulada às questões políticas e culturais da comunidade pode contribuir com a compreensão da importância da conquista da titulação de suas terras?

Ressalto que a intenção deste texto não é apresentar respostas prontas às questões levantadas, mas suscitar reflexões ao longo da problemática apresentada. Na seção seguinte apresentarei algumas experiências acerca da educação quilombola, especialmente em comunidades quilombolas dos Estados de Minas Gerais e Paraná.

---

<sup>1</sup> Vista: ato pelo qual o interessado recebe os autos do processo para tomar conhecimento de tudo que nele se contém (HOUAISS, 2009).

## EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

MARIA CLARETH GONÇALVES REIS



Pedra Fundamental/Chacrinha dos Pretos. Foto: Abilio Maiworm-Weiand

As questões levantadas anteriormente mostram que a compreensão da luta pela terra e a preservação das tradições culturais não podem ficar à margem das práticas pedagógicas que permeiam a escola quilombola. Como afirma Veiga (1992) a prática pedagógica é “... uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social” (p. 16). A prática pedagógica, portanto, não ocorre isolada de uma prática social mais ampla, pois está inserida na dinâmica das relações sociais que influenciam o processo educativo.

Assim, conteúdos que remetem às origens das comunidades, suas histórias, tradições sociais, culturais, bem como a sua inserção nas questões políticas mais amplas que envolvem a problemática dos quilombos no Brasil precisam fazer parte das práticas pedagógicas escolares. A escola deve possibilitar ao educando os diversos conhecimentos que lhe são peculiares. Precisa apontar ainda, caminhos para possíveis intervenções nas distintas ações existentes na comunidade na qual ela está inserida. A partir destas considerações, aponto a seguir algumas experiências vividas por meio de pesquisas em comunidades remanescentes de quilombos, destacando a relação da escola com a comunidade local.

Educar a criança negra pressupõe, entre outras coisas já analisadas, quebrar o silêncio que a cerca. Tarefa difícil, à medida que o silêncio manifesta-se como ritual pedagógico e como tal impõe-se a todos os membros da escola, sem exceção, embora o ato de 'silenciar' tenha para cada um significados diferentes (GONÇALVES, 1985, p. 318).

De acordo com o Censo Escolar de 2010, o Brasil tem 210.485 mil estudantes matriculados em 1.912 escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos. A região Nordeste conta com, aproximadamente, 68% dos estudantes. Em relação à educação oferecida nestas comunidades, alguns estudos têm demonstrado o distanciamento do currículo escolar com as questões históricas e políticas da comunidade, como a luta pela terra, pelas tradições culturais, sociais etc. (REIS, 2003a), (MARQUES, 2003), (NUNES, 2006), (MOURA, 1997). Essa prática contribui para a não superação da discriminação étnico-racial enraizada na nossa sociedade, além de tornar a escola distante das questões político-sociais mais amplas.

Com a intenção de aproximarmos-nos um pouco mais dessa realidade, retomo alguns elementos de pesquisas desenvolvidas em escolas de áreas remanescentes de quilombos dos Estados de Minas Gerais e do Paraná. A intenção é discutir a relação da educação oferecida na escola com as questões referentes à história da comunidade (origem, luta pela terra, manutenção de suas tradições culturais, memória de seus ancestrais etc.).

Além disso, penso que o fato de a pesquisa realizada na escola da Chacrinha dos Pretos em Minas Gerais ter ocorrido antes da implementação da Lei 10.639/03 (que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, além da História da África e dos africanos nos estabelecimentos de ensino públicos e privados) também poderá suscitar reflexões importantes. Já os estudos desenvolvidos em comunidades do Estado do Paraná ocorreram em 2007 e 2008, após a referida lei entrar em vigor, por isso traz outras perspectivas, conforme veremos a seguir.

Estes estudos demonstraram que aspectos referentes à organização social dos quilombos não estão separados da realidade escolar, eles se entrecruzam durante todo o processo de formação daqueles que freqüentam a escola local, embora muitos profissionais não tenham consciência deste fato. O primeiro exemplo que trago refere-se à pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora entre 2001 e 2002 na Comunidade Remanescente de Quilombo Chacrinha dos Pretos, situada a 8 km de Belo Vale/MG (REIS, 2003b).<sup>2</sup> Esta comunidade já se reconhece como remanescente de quilombo, possuindo inclusive a Certidão de Auto-Reconhecimento, emitida em março de 2007 pela Fundação Cultural Palmares, sendo este um dos passos importantes para se chegar à titulação das terras ocupadas.

<sup>2</sup> Neste mesmo período, esta pesquisa foi premiada pelo II Concurso Negro e Educação, organizado pela ANPED e pela Ação Educativa, sob o patrocínio da Fundação Ford, no ano de 2001. O Concurso Negro e Educação teve como objetivo incentivar a produção de conhecimento em educação voltada para a temática das relações raciais. Além da bolsa, nós pesquisadores/as selecionados/as recebemos orientação de especialistas da área de educação, participamos de seminários para aperfeiçoamento metodológico e debates. As pesquisas realizadas a cada edição foram divulgadas por meio de coletâneas de artigos publicadas na forma de livro.

Intitulada “Escola e contexto social: um estudo de processos de construção de identidade racial numa comunidade remanescente de quilombo”, este estudo procurou compreender como processos de construção de identidade racial são abordados na escola local, levando em consideração as relações estabelecidas pelas professoras com os seus alunos, sem perder de vista o contexto social da comunidade. A escola pesquisada atende as crianças da localidade e oferece apenas os primeiros anos iniciais. As classes são multisseriadas, como a maioria das escolas situadas nas comunidades quilombolas. Do 6º ano em diante os estudantes são transferidos para o colégio municipal de Belo Vale.

A opção metodológica foi pela etnografia, inclusive em face de esta abordagem se “referir ao estudo do modo como os indivíduos constroem e compreendem as suas vidas cotidianas” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p.17). Com essa perspectiva, recorri ao estudo do caso de uma escola inserida numa comunidade remanescente de quilombo. A escolha justifica-se pela conveniência em estudar, em sua unicidade, processos de construção da identidade racial abordados pela escola no contexto da comunidade escolhida. É importante acentuar que utilizei também fotografias, de modo a apoiar a compreensão dos contextos em que os sujeitos da investigação se situam.

No decorrer da pesquisa foram realizadas visitas bimestrais, entre 2001 e 2002, em que permanecemos no campo aproximadamente 15 dias, coletando dados por meio de observações, da oralidade e do registro de imagens.<sup>3</sup> Fotografar a “Chacrinha” significou registrar a identidade, a memória e a história de um povo que perpassa séculos e que poderá se perder se não tivermos a sensibilidade de preservar, estudar e interpretar os elementos que compõem essa história. As cerca de 700 fotografias entre coloridas e pretas-e-brancas produzidas na comunidade poderão ser utilizadas para narrar visualmente determinados aspectos da comunidade em estudo com a mesma intensidade de um texto escrito.

O objetivo de realizar este estudo numa comunidade remanescente de quilombo decorreu, antes de tudo, pelo interesse em conhecer e compreender a maneira de viver daquele povo. Por ser uma população predominantemente negra, pretendíamos saber como a questão da identidade negra era vivenciada pelo grupo e como a escola que atendia aquela comunidade abordava aspectos concernentes à população negra nas atividades desenvolvidas.

A pretensão inicial da pesquisa na Chacrinha dos Pretos foi priorizar a escola, porém o andamento dos trabalhos indicou a necessidade de observar, também, aspectos mais amplos da comunidade que contribuem para a construção da identidade racial das crianças daquele local. E, como nos menciona CIAMPA (1999), não é possível desvincular da sociedade o estudo da identidade do indivíduo, pois os elementos políticos, sociais e econômicos que compõem a sociedade interferem significativamente na construção identitária desse indivíduo.

Em relação às observações feitas na escola foi perceptível o seu pouco envolvimento com o contexto da comunidade. No caso do tratamento dado aos conteúdos relacionados à história da população negra nas atividades docentes; na data comemorativa da Abolição

<sup>3</sup> Para coleta das imagens foi contratado o fotógrafo, Abilio Maiworm-Weiand.

da Escravatura, dia 13 de maio, por exemplo, o destaque foi dado, pela professora, a *quem libertou os escravos, em que ano etc..* Além disso, foi solicitado aos alunos que colassem gravuras nos cadernos de Estudos Sociais para ilustrar o texto que ela pediu que copiassem. Esse texto foi retirado de um livro de Estudos Sociais e diz o seguinte:

### 13 de maio – Dia da Libertação dos Escravos

Lá pelo ano de 1550 os portugueses começaram a trazer negros da África para trabalhar no Brasil como escravos na lavoura e mais tarde nas minas de ouro. Eles eram trazidos nos navios negreiros. No dia 13 de maio de 1888 a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea que libertou os escravos.

Atividades

De que lugar vinham os negros para trabalhar como escravos no Brasil?

Onde os negros trabalhavam?

Quem libertou os escravos? Em que dia?

O que você acha das pessoas que prendiam, maltratavam e faziam os negros trabalharem como escravos?

Faça uma pesquisa e escreva sobre os escravos no Brasil.<sup>4</sup>

O texto e as atividades propostas acima confirmam evidências de que os livros didáticos, no caso, da década de 1980 não traziam uma leitura crítica da escravidão, pois atendiam à ideologia da classe dominante, negando a história de lutas e revoltas ocorridas no período escravista. O pesquisador Moraes de Sá (2010) diz que “o livro didático de História tem cumprido a função de veicular a ideologia das classes dominantes e possibilitar a reprodução da ordem burguesa” (p. 22). Essa prática é preocupante, tendo em vista que o livro didático é um instrumento signficante para a prática pedagógica escolar no Brasil. E, em muitas escolas, este é o único recurso de apoio ao professor na construção do conhecimento, impossibilitando o acesso dos estudantes a outras fontes e concepções diferentes das apresentadas pelo livro didático utilizado cotidianamente.

Além disso, esse tipo de texto e atividades mostradas acima contribui com o silenciamento de aspectos da história do negro preterida pelos livros didáticos. E, com isso, “silencia-se a história da rebeldia dos grupos étnicos raciais negros, cuja conseqüência na educação das crianças negras é: o silenciamento enquanto cidadão” (GONÇALVES (1985, p. 325). O texto e as atividades desenvolvidas confirmam também a ausência da reflexão e do debate sobre o negro nos livros didáticos escolares, embora o movimento negro e pesquisadores há alguns anos venham denunciando e alertando sobre esse problema. Esta prática inviabiliza a discussão sobre a questão racial/quilombola, ausentes do cotidiano escolar. Para MUNANGA (2000), esses professores

<sup>4</sup> BELLUCCI, Maria Eugênia e CAVALCANTE, Luiz Gonzaga. Integrando o aprender: livro integrado: (Português, Matemática, Estudos Sociais, Ciências, Programa de Saúde). 2ª edição/ 2ª série/primeiro grau. Editora Scipione. 1987.

não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala de aula como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional” (p. 7-8).

Essa realidade é fruto da formação da maioria dos educadores que desde o seu início buscou manter a distinção entre negros e brancos, privilegiando a classe dominante, essencialmente branca e tentando provar, inclusive através de fatores biológicos, a superioridade de uma raça sobre outra. Nesta concepção, negros e negras são vistos como desiguais e a marca dessa desigualdade encontra-se especialmente na cor da pele, o que aumenta ainda mais o índice de rejeição e discriminação sofridos.

Em muitos cursos de formação freqüentados por esses profissionais a temática étnico-racial não é considerada. Isto foi particularmente observado no período dessa pesquisa, isto é, entre 2001 e 2002.

Aprendemos na escola a afirmar a superioridade e a inferioridade entre os grupos humanos. Marcas de séculos de inferiorização do negro na sociedade brasileira ainda permanecem (in) conscientemente nas práticas pedagógicas das instituições escolares por meio dos livros didáticos, paradidáticos e outros materiais. Entretanto, temos de buscar formas para romper essa tradição tão fortemente enraizada cultural e ideologicamente na sociedade brasileira.

Apesar de ter percebido a ausência de conteúdos referentes à história da comunidade (memória, tradições culturais, luta pela terra etc.) nas atividades desenvolvidas pelas professoras da escola, algumas situações por mim presenciadas evidenciaram a inserção de conhecimentos adquiridos pelas crianças no dia-a-dia da comunidade. Esta prática contribui, inclusive, para a constituição da identidade negra das crianças da comunidade. Duas situações por mim observadas foram marcantes nesse processo de observação. Por ser remanescente de quilombo, a comunidade tem recebido vários jornalistas interessados em conhecer e divulgar a sua história local. A chegada dos jornalistas, geralmente, desperta a atenção dos moradores, especialmente das crianças. Juntamente com o guia da Associação de Moradores, elas os acompanham em todos os locais visitados que são as referências históricas do quilombo. Neste percurso, as informações transmitidas pelos guias quilombolas aos jornalistas são ouvidas também pelas crianças.

As histórias que lembram a origem da Comunidade Chacrinha dos Pretos, contadas pelos mais velhos, também exemplificam ocasiões que favorecem a construção identitária das crianças. Nesses momentos, diversos aspectos da sua cultura são reconstituídos. Isso demonstrou que a presença de pessoas que não moram na comunidade, mas se interessam pela história local, possibilita às crianças não somente a oportunidade de conhecer aspectos de sua própria origem, mas, acima de tudo, valorizá-los. Colabora ainda para o fortalecimento da história oral, a partir do momento que incentiva os moradores ao retorno do passado por meio das lembranças.

A pesquisa realizada na Chacrinha dos Pretos exemplifica como a escola lidava

com a questão étnico-racial, evidenciando também a maneira de se relacionar com a comunidade naquele período específico. Na próxima seção, apresentarei outra realidade referente à relação da escola com o quilombo. Além disso, apontarei algumas iniciativas dos movimentos sociais, de pesquisadores e do governo, propondo novas perspectivas para a Educação Escolar Quilombola.

## BUSCANDO OUTRAS POSSIBILIDADES

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente. (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, p. 42).

Analisando a conjuntura política do Estado após o estudo realizado na comunidade remanescente Chacrinha dos Pretos, percebo que algumas mudanças estão ocorrendo. Nesse sentido, o movimento negro busca alternativas que interfiram nos espaços sociais para suprimir o racismo e a discriminação racial presentes na sociedade brasileira. Em relação aos espaços educacionais, nas últimas décadas algumas conquistas foram alcançadas, fruto da organização e da determinação da luta desses movimentos, apesar de ainda insuficientes para alterar em profundidade séculos de escravidão e racismo.

O governo federal, a partir da eleição do Presidente Luiz Inácio da Silva, através do Ministério de Educação e Cultura (MEC), instituiu e implementou um “conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro” (MEC, 2005, p. 5). Foram criadas secretarias, como a de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que visam contribuir com ações que promovam a igualdade e o respeito à diversidade no sistema educacional, bem como apoiar as populações que vivem em situações vulneráveis.<sup>5</sup> E, ainda na década de 2000 foi fundada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), colocando a questão racial em debate na sociedade brasileira e discutindo políticas públicas que atendam, especialmente, à população negra.

Ainda nesse contexto, foi aprovada em janeiro de 2003 a Lei 10.639, contribuindo para que a população negra apareça no espaço educacional de forma efetiva e não apenas em datas comemorativas, como ocorre na maioria das escolas. Além disso, a luta e resistência da população negra, bem como a sua participação na formação da sociedade brasileira, deverão constar nos conteúdos ensinados nas escolas.

Em 10 de março de 2008, também foi sancionada a Lei nº 11.645, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa lei altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade

<sup>5</sup> Hoje denominada SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. De acordo com essa lei, o ensino do conteúdo programático referente à cultura afro-brasileira e indígena torna-se obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

Tivemos ainda outras conquistas importantes para a sociedade brasileira, tais como: a implantação de ações afirmativas, a partir de 2003, com a política de adoção de reserva de vagas para população negra em universidades públicas. E, no dia 26 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, por unanimidade, a constitucionalidade da adoção da política de cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. Essa conquista possibilita a entrada de um maior percentual de negros e negras no ensino superior e, consequentemente, o fortalecimento da luta antirracista na sociedade brasileira. Foi aprovado ainda, em julho de 2012, o Estatuto da Igualdade Racial pela Câmara Federal. Essa aprovação foi considerada importante, embora muitos ativistas considerem o texto frágil, já que reivindicações históricas do movimento negro não foram contempladas.

Outro avanço para a população negra do país, especialmente, as populações remanescentes de quilombos, refere-se à elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, apresentado em junho de 2012, pela relatora Nilma Lino Gomes, ainda em fase de homologação. Este documento aponta caminhos para que a educação escolar quilombola tenha como menção valores históricos, culturais, sociais e econômicos das comunidades, tornando um local onde o processo educativo se concretize por meio do diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local.

Diante desse novo quadro que se apresenta, principalmente a partir da década de 2000, percebemos que algumas transformações ocorreram e outras estão por vir. Nesse percurso de idas e vindas em escolas de algumas comunidades quilombolas, pude perceber alguns efeitos destas mudanças na forma de compreender a construção do conhecimento. Em pesquisas realizadas nos quilombos do Estado do Paraná questões apontadas, atualmente, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola já estavam sendo contempladas, especialmente a partir da elaboração de um livro voltado à Educação de Jovens e Adultos quilombolas. Este material foi construído a partir de assessorias realizadas no Paraná entre os anos de 2007 e 2008 a convite da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED).<sup>6</sup> Como fruto deste trabalho foi elaborado um livro intitulado “Experiências de alfabetização de jovens, adultos e idosos nos quilombos”, publicado em 2010.

A elaboração do livro partiu de uma abordagem coletiva de construção, contando com a participação dos educadores que atuam como alfabetizadores nas comunidades quilombolas, com a equipe da SEED e com diversos pesquisadores da região. Para isto, foram feitos vários encontros de formação para os alfabetizadores quilombolas, tendo como objetivo a compreensão da importância de se produzir um material que parta de dentro das comunidades quilombolas, em que os sujeitos que ali habitam sejam os protagonistas da sua própria história.

<sup>6</sup> Este livro foi organizado por um grupo de pessoas envolvidas com a questão quilombola, dentre elas eu e a professora e pesquisadora Georgina Helena Lima Nunes da Universidade Federal de Pelotas, RS. A assessoria pedagógica que envolveu toda a elaboração do livro também foi feita por mim e pela professora Georgina.

Após a realização das etapas de formação dos educadores para a produção do livro quilombola na SEED, partimos para visitas em algumas comunidades selecionadas pela secretaria de educação para coleta de materiais para elaboração do livro. Tendo como eixo temático Terra, Identidade, Cultura e Resistência, procuramos coletar informações das pessoas que moram nas comunidades pesquisadas, buscando saber opiniões de temas que consideram importantes para construção do livro. Assim, foram mencionados no percurso da pesquisa os saberes historicamente acumulados pelo povo que vive nestas comunidades: as origens das comunidades, os modos de lidar com a terra, com a agricultura – plantio e colheitas, com as ervas medicinais, com a tecnologia, com a agricultura, com a preservação da oralidade, da memória, das lembranças que formam e transformam o cotidiano de quem ali vive. O registro, abaixo, do Sr. Ari Gonçalves da comunidade remanescente de quilombo Areia Branca exemplifica parte desta construção elaborada a partir da pesquisa de campo, das conversas com os moradores das comunidades:

CÓRREGO DE AREIA BRANCA,  
A FONTE DE SUA EXISTÊNCIA!

O NOME TEM ORIGEM DEVIDO A UM CÓRREGO QUE EXISTE NO LOCAL. ANTIGAMENTE AS MARGENS DO CÓRREGO ERAM FORMADAS POR UMA CAMADA MUITO GROSSA DE AREIA E, QUANDO O SOL ESTAVA INTENSO, TINHA-SE A IMPRESSÃO DE A AREIA SER TOTALMENTE BRANCA. COM ISSO, OS MORADORES ADOTARAM O NOME DE RIBEIRÃO DA AREIA BRANCA E COM O TEMPO, VOLTOU A SER SÓ AREIA BRANCA.

ARI GREGÓRIO BATISTA  
ALFABETIZANDO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA AREIA  
BRANCA, ADRIANÓPOLIS (PR), 2005<sup>7</sup>

O trecho do livro citado acima refere-se à uma das versões da origem da comunidade na visão de um dos moradores mais antigos da comunidade. E assim o livro foi construído, contando com a participação efetiva dos alfabetizandos quilombolas que irão utilizá-lo no seu cotidiano escolar, unindo os conhecimentos mais amplos aos conhecimentos mais específicos. Esta experiência encontra-se disponível na página do Paraná Alfabetizado aberta a todas as pessoas que tenham interesse em conhecê-la.

As duas pesquisas realizadas em períodos distintos não trouxeram respostas prontas e fechadas acerca das indagações apresentadas no início deste texto, mas reflexões sobre a forma de educar num quilombo sem perder a essência de suas origens históricas e tradições políticas e culturais. As mudanças ocorridas a partir da década de 1990 transformaram-se em alicerces fundamentais para criação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

<sup>7</sup> NUNES, Georgina Helena Lima & REIS, Maria Clareth Gonçalves Reis et al (orgs). *Experiências de alfabetização de jovens, adultos e idosos nos quilombos*. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos. Programa Paraná Alfabetizado. Curitiba: SEED-PR., 2010, p. 28. Acesso pelo site < [www.paranaalfabetizado.pr.gov.br](http://www.paranaalfabetizado.pr.gov.br) >.

Escolar Quilombola. Essa conquista é fruto de uma luta constante de movimentos sociais, educadores, pesquisadores e setores do governo que reconhecem o racismo historicamente construído na sociedade brasileira, por isso, propõem mudanças necessárias ao seu combate.

Enfim, as reflexões trazidas neste texto não param por aqui, é apenas o começo de muitas questões que ainda estão por vir. Pensar a educação quilombola articulada ao contexto político e social mais amplo significa inserir-se na luta por mudanças que possibilitem a materialização da liberdade de um povo, historicamente explorado, oprimido e marginalizado. Significa voltar ao passado, retomar a sua história, (re) conhecer a memória dos seus antepassados, para compreender o presente e recarregar forças para a defesa da terra, da vida, das suas tradições sociais e culturais

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. (1999). *Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil* – Primeira Configuração Espacial. Brasília: Edição do Autor.
- BOGDAN & BIKLEN. (2010). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora. Coleção Ciências da Educação. Porto – Portugal.
- BRASIL. Constituição. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado.
- BRASIL. Casa Civil. (21 de novembro de 2003). Decreto 4887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- BRASIL. (Acesso em 10 de agosto de 2012). Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quilombola/>>.
- BRASIL. (Acesso em 29 de junho de 2011). Fundação Cultural Palmares. Comunidades Quilombolas. Disponível em : <[http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=88](http://www.palmares.gov.br/?page_id=88)>.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2012). Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Territórios Quilombolas – Relatório.
- BRASIL. Ministério de Educação. (2005). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília/DF, junho.
- \_\_\_\_\_. (05 de junho de 2012). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (aguardando homologação). CNE/CEB Nº: 16/2012.
- CARNEIRO, Édison. (2000). África & Brasil. In: *Revista Palmares*. Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura. Brasília, DF, n. 5, p. 9-15.
- CIAMPA, A. C. (1999). Identidade. In: LANE, S. T. M. & CODO, W. *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). (2010). Documento final. Brasília: MEC, SEA.

- GOMES, Flávio. (2006). Quilombos e mocambos: camponeses negros e a experiência do protesto coletivo no Brasil Escravista. In: *EDUCAÇÃO Africanidades Brasil*. Brasília: MEC, p. 123-134.
- GONÇALVES, Luiz Alberto de Oliveira. (1985). *O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. (2009). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LEITE, Ilka Boaventura. (Acesso em 28 de agosto de 2012). Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Disponível em: <<http://www.nuer.ufsc.br/artigos/osquilombos.htm>>.
- LIMA, Luciana. (Acesso em 10 de agosto de 2012). Justiça determina saída de quilombolas, apesar de negociação em curso com governo. Agência Brasil. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-08-10/justica-determina-saida-de-quilombolas-apesar-de-negociacao-em-curso-com-governo>>
- MARQUES, Sônia Maria dos Santos. (2003). Escola, práticas pedagógicas e relações raciais: a comunidade remanescente de quilombo de São Miguel In: *Identidade Negra: pesquisas sobre o negro e a educação*. São Paulo: ANPED; Ação Educativa, p. 159-170.
- MESQUITA, Cláudia. (2000). Morte e vida quilombola. *Revista Palavra*, maio,
- MOURA, Clóvis. (2000). África & Brasil. In: *Revista Palmares*. Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura. Brasília, DF, n. 5, p. 9-15.
- MOURA, Glória. (1997). *Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa*. São Paulo: USP (PPG em Educação), Tese de doutorado.
- MUNANGA, Kabengele. (1996). Origem e histórico do Quilombo na África. *Revista USP*. n. 28, São Paulo. p-56-63.
- \_\_\_\_\_. (org.) (2000). *Superando o racismo na escola*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.
- \_\_\_\_\_. (2000b). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In. Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: EduUFF, p. 15-34. (Cadernos PENESB; 5).
- \_\_\_\_\_. (2001). Conceitos e categorias na área do Negro e Educação. I SEMINÁRIO DO II CONCURSO NEGRO E EDUCAÇÃO. *Conferência*. Rio de Janeiro: ANPED.
- NUNES, Georgina Helena Lima. (2006). Educação quilombola. In: *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília: SECAD, p. 139-161.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (1995). *Terra de quilombos*. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Antropologia.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. (2010). *Experiências de alfabetização de jovens, adultos e idosos nos quilombos*. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Coordenação de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos. Programa Paraná Alfabetizado. – Curitiba: SEED, PR.
- PIMENTA, S. G. (1993). *Questões sobre a organização do trabalho na escola*. Série Idéias: a autonomia e a qualidade do ensino na escola pública, nº 16, pp. 11-17.
- REIS, Maria Clareth Gonçalves. (2003a). Escola e contexto social: a identidade racial numa comunidade remanescente de quilombo. In: *Identidade Negra: pesquisas sobre o negro e a educação*. São Paulo: ANPED; Ação Educativa, p. 143-157.

\_\_\_\_\_. (2003b). *Escola e contexto social: um estudo de processos de construção de identidade racial numa comunidade remanescente de quilombo*. Dissertação de Mestrado – UFJF (PPG em Educação), Juiz de Fora.

SÁ, Wellington Santana Moraes de. (2010). *A presença do negro no livro didático de história do ensino fundamental: uma primeira análise*. Monografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

SANTOS, Murilo da Costa. (2000). Apresentação. *Revista Palmares*. Fundação Cultural Palmares, Ministério da Cultura. Brasília, DF, n.5.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (1992). *A prática pedagógica do professor de Didática*. 2. Ed. Campinas, Papirus.

### **Maria Clareth Gonçalves Reis**

---

Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) da UENF. Professora Associada e Coordenadora de Extensão do CCH da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro).